

Programa de Concurso

“Aquisição de produtos químicos para tratamento e desinfeção da água das piscinas municipais”

Concurso Público, sem publicidade internacional

*(alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP na sua redação atual)*

*junho de 2024*

## **1. Dados gerais do Procedimento**

1.1. O presente Programa do Concurso diz respeito ao Concurso Público, sem publicidade internacional, que tem por objeto, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na PARTE II do caderno de encargos, o fornecimento de produtos químicos para tratamento e desinfecção da água das piscinas municipais, ao Município de Montemor-o-Velho, até dezembro de 2025.

## **2. Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, sita na Praça da República, 3140-258 Montemor-o-Velho, Telefone 239687300, Fax 239687318, e-mail: geral@cm-montemorvelho.pt.

## **3. Órgão que tomou a decisão de contratar**

3.1. A decisão de contratar cabe ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, ao abrigo das competências previstas na alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado por CCP e alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repriminado pela Resolução de Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril.

3.2 A autorização para a decisão de contratar foi proferida por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de / /2024.

## **4. Tipo de procedimento**

Concurso Público, sem publicidade internacional, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, conjugado com o disposto no artigo 130.º, ambos do CCP.

## **5. Preço base**

5.1. Em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos o preço base é de 7.154,40€ (sete mil cento e cinquenta e quatro euros e quarenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto conforme disposto no n.º 1 do artigo 47.º do CCP.

5.2. Face ao disposto n.º 3 do artigo 47.º do CCP, a fixação do preço base deve ser fundamentada com base em critérios objetivos, como preços atualizados obtidos através da consulta preliminar

prevista no art. 35.º-A, ou custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo.

5.3. Para o efeito, o preço base estipulado para o presente procedimento tem como fundamento os custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo, bem como, a consulta de procedimentos semelhantes disponíveis para consulta no Portal Base.Gov, que permitem aferir os preços que estão a ser praticados.

## **6. Adjudicações por lotes**

O concurso Público não prevê a adjudicação por lotes.

## **7. Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

7.1. As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, acessível através do endereço eletrónico: <https://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República, nos termos do disposto no artigo 133.º do CCP.

7.2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e *download* das peças do procedimento.

7.3. As peças do procedimento estão, ainda, disponíveis para consulta na Divisão de Educação, Desporto e Juventude do Município de Montemor-o-Velho, sita na Praça da República, 3140-258 Montemor-o-Velho, onde podem ser consultadas nos dias úteis e no seguinte horário: 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00.

7.4. Nos termos da al. c) do n.º 1 do artigo 40.º do CCP, o procedimento é constituído pelas seguintes peças:

- a) Anúncio;
- b) Programa do Concurso;
- c) Caderno de Encargos

## **8. Órgão competente para prestar esclarecimentos**

8.1. O órgão competente para prestar esclarecimentos nos termos da alínea a) do n.º 5, do artigo 50.º do CCP, é o Júri do procedimento.

8.2. O júri é composto por três elementos efetivos, um dos quais é Presidente e dois suplentes.

## **9. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento**

9.1. Dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados, podem solicitar os esclarecimentos de quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e interpretação das

peças do procedimento, e no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento, por si detetados.

9.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo júri do concurso para o efeito indicado no programa do procedimento, por escrito, até ao termo do segundo terço, do prazo fixado para a apresentação das propostas.

9.3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões das peças do procedimento, por escrito, até ao termo do segundo terço, do prazo fixado para a apresentação das propostas.

9.4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5 do art. 50.º do CCP (pontos 9.2 e 9.3), ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

9.5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados pela entidade adjudicante na plataforma eletrónica juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham adquirido imediatamente notificados deste facto.

9.6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## 10. Modo de apresentação das propostas

10.1. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada diretamente na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt> nos termos do n.º 1 do artigo 62.º do CCP na sua redação atual.

10.2. Os documentos que integram a proposta deverão ser apresentados em conformidade com o disposto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 57.º do CCP, na sua redação atual.

10.3. **Todos os documentos** exigidos no presente programa de concurso, devem ser submetidos na plataforma com assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não sendo aceite assinatura eletrónica apenas do ficheiro contendo a totalidade dos documentos.

10.4. Se o certificado digital não permitir relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá submeter-se um documento eletrónico oficial e com indicação do poder de representação e a assinatura do utilizador, nos termos do n.º 7, do artigo 54.º do referido diploma legal.

10.5. Em complemento ao disposto no ponto 10.3, todos os documentos submetidos na plataforma

eletrónica pelos concorrentes deverão ser assinados, individualmente, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto. De acordo com o artigo 68.º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do respetivo carregamento na plataforma eletrónica acinGov.

## 11. Local e prazo para apresentação da proposta

11.1. Nos termos do art. 135.º do CCP, as propostas serão apresentadas na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, até às **23H59 do 10.º dia** a contar da data do envio, para publicação, do anúncio conforme prevê o n.º 1 do art. 130.º do CCP.

11.2. A data limite fixada no número anterior pode ser prorrogada por prazo adequado, nos termos do artigo 64.º do CCP.

## 12. Documentos que constituem a proposta

12.1. A proposta deve ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes elementos:

- a) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente programa e assinada pelo concorrente ou representante que tenha poderes para o obrigar.
- b) **Documentos que contenham os atributos da proposta para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP**, nomeadamente:
  - Documento “**Valor global da proposta**”, enquanto atributo da proposta (al. b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, com indicação do preço total sem IVA e com IVA, expresso em algarismos e por extenso, o qual não pode exceder o preço base respetivo previsto no n.º 2 da Cláusula 1.ª da Parte I – Cláusulas Gerais, do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão;
  - A indicação do preço é regulada ao abrigo do disposto no artigo 60.º do CCP.
- c) **Documentos referentes aos termos e condições para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP**, nomeadamente:
  - Documento “**Descrição detalhada do bem a fornecer**” no qual a proposta deverá incluir uma descrição detalhada do bem a fornecer, bem como de todas as especificações técnicas e ambientais que permitam uma apreciação pela Câmara Municipal de

Montemor-o-Velho.

- Integram, também, a proposta quaisquer outros documentos que os concorrentes considerarem indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

12.2. Os documentos que constituem as propostas deverão estar em formato PDF (ou compatíveis com as ferramentas de MSOffice, nomeadamente Word e Excel).

12.3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros os respetivos representantes;

12.4. Na proposta, os concorrentes podem especificar aspetos que considerem relevantes para a apreciação da mesma, nomeadamente, no que se refere à identificação de mais-valias, novas tecnologias e/ou inovações a aplicar.

12.5. Serão excluídas as propostas que não apresentem todas as características técnicas ou equivalentes exigidos da PARTE II – Cláusulas específicas, do Caderno de Encargos.

### 13. Idioma

Os documentos que constituem a proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa.

### 14. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, para os efeitos do disposto no artigo 59.º e al. j) do n.º1 do artigo 132.º, ambos do CCP.

### 15. Concorrentes

15.1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.

15.2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

15.3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

15.4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes,

devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.

15.5. As empresas que se apresentem a concurso em conjunto instruirão a sua proposta com um acordo-promessa de se constituírem, em caso de adjudicação, em consórcio externo de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, com sede em Portugal.

15.6. Qualquer alteração na composição da associação de empresas terá que ser autorizada pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão do concurso, mediante solicitação escrita, assinada por todas as empresas constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.

15.7. Se algum, ou alguns, dos elementos da associação deixar de fazer parte dela, a sua quota de responsabilidade transitará na íntegra para os restantes elementos sem prejuízo de a entidade adjudicante, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.

15.8. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, que será o único interlocutor com a entidade adjudicante, devendo-lhe ser conferidos, por procuração, os poderes a que se refere o artigo 14.º, n.º 1, alíneas a), b), d) e e) do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

15.9. A falência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas constituintes da associação acarreta a imediata exclusão da associação do concurso, seja qual for a fase em que este se encontre, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas constituintes da associação relativa aos prejuízos causados à entidade adjudicante, pela exclusão.

## **16. Impedimentos**

16.1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades (singulares ou coletivas) que se encontrem impedidas pelas situações previstas no artigo 55.º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A, do mesmo diploma legal.

## **17. Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados do termo do prazo fixado para apresentação das mesmas ao abrigo do artigo 65.º do CCP.

## **18. Critério de adjudicação**

18.1. O critério de adjudicação das propostas será o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade “Monofator”, no estrito respeito pelo estabelecido na alínea b) do

n.º1 do artigo 74.º do CCP na sua redação atual.

18.2. As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas e subsequentemente, hierarquizadas por ordem decrescente de acordo com o critério de adjudicação.

18.3. Em caso de empate, a adjudicação da proposta será feita ao concorrente cuja localização fique mais próxima das piscinas municipais.

## **19. Esclarecimentos e suprimientos das propostas**

19.1. O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas, nos termos constantes dos n.ºs 1 e 2 do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

19.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou complementem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

19.3. O júri deve solicitar aos concorrentes, que no prazo máximo de 5 dias, procedam ao suprimento das irregularidades formais das propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, conforme disposto no artigo 72.º, n.º 3 do CCP na sua redação atual.

19.4. Pedidos de esclarecimento e respetivas respostas são disponibilizados pela entidade adjudicante na plataforma eletrónica, devendo todos os concorrentes serem imediatamente notificados desse facto.

## **20. Relatório Preliminar**

20.1. Após análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação constante do ponto 18 deste Programa, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das propostas, bem como a exclusão das propostas cuja análise revele alguma, ou algumas, das situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

20.2. Quando tenha sido apresentada uma única proposta, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar, não havendo lugar à fase de audiência prévia, elaboração de relatório preliminar e final, conforme dispõe o artigo 125.º do CCP.

## **21. Audiência prévia**

21.1. Conforme dispõe o artigo 147.º do CCP, elaborado o relatório preliminar referido no artigo 146.º do CCP, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes o prazo de cinco dias, para se pronunciarem,



por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

21.2. Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso às informações e comunicações escritas de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como as propostas apresentadas.

## **22. Relatório Final**

22.1. Cumprido o disposto no ponto anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

22.2. No caso previsto na parte final do ponto 22.1, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no ponto anterior.

22.3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

22.4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

## **23. Notificação da decisão de adjudicação, documentos de habilitação**

23.1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final e minuta do contrato, ao abrigo do disposto no artigo 77.º do CCP.

23.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:

- i. No prazo de 5 (cinco) dias, confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, conforme disposto na al. c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP;
- ii. Se pronunciar sobre a minuta do contrato;
- iii. Apresentar os seguintes documentos de habilitação conforme o disposto no artigo 81.º do CCP:
  - Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente programa;
  - Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, excepto se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado;
  - Certidão permanente da empresa;

- Documentos de identificação do(s) outorgante(s) do contrato;
- Documento comprovativo de registo no RCBE- Registo Central do Beneficiário Ativo.

23.3. Os documentos são redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que são acompanhados de tradução devidamente certificada que prevalece sobre os originais, e apresentados na plataforma ACINGOVe, salvo se disponíveis na Internet, caso em que pode, em substituição, indicar-se o endereço do sítio onde podem ser consultados e a informação necessária à consulta, desde que o sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

23.4. Os documentos de habilitação serão apresentados pelo adjudicatário diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública <https://www.acingov.pt>.

#### **24. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação**

24.1. O prazo para apresentação dos documentos de habilitação previstos no artigo 81.º do CCP, é de 5 (cinco) dias, contados a partir da data da notificação da adjudicação, para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

24.2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período de 2 (dois) dias úteis, ao abrigo do n.º 2 do art. 85.º do CCP.

#### **25. Prazo para supressão de irregularidades**

No caso de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados, o adjudicatário deverá proceder à supressão dessas irregularidades, no prazo de 2 (dois) dias, para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

#### **26. Falsidade de documentos e declarações**

Sem prejuízo da participação à Entidade Competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º do CCP.

#### **27. Caução**

27.1. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigível a prestação de caução.

#### **28. Minuta do contrato**

O adjudicatário fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação, findo o qual, se não o fizer se considerará aceite, ao abrigo do disposto no artigo 101.º do CCP.

## **29. Forma do contrato**

Nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP, entende-se que o contrato deverá ser reduzido a escrito.

## **30. Outorga do contrato**

30.1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos nos termos do CCP;
- c) Confirmados os compromissos referidos na al. c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP;

## **31. Gestor do Contrato**

Sem prejuízo da sua obrigatória previsão no contrato, para efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e artigo 290.º-A do CCP, a fase de execução do contrato será acompanhada por um ou mais gestores do contrato.

## **32. Disposições finais e Legislação aplicável**

32.1. O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela lei portuguesa, sendo que ao procedimento e em tudo o omissivo, e/ou que não esteja especialmente previsto nas peças de procedimento, aplicar-se-á o disposto no CCP, na sua atual redação, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

32.2. São da responsabilidade do fornecedor adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

32.3. Fazem sempre parte integrante do contrato, o caderno de encargos e seus anexos e demais documentos contratuais, o presente programa de concurso, a proposta adjudicada, bem como a correspondência trocada entre as partes.

32.4. O adjudicatário, por si e através dos seus agentes, obriga-se a garantir o rigoroso sigilo quanto a informações e documentação que os seus profissionais venham a ter acesso, por força do fornecimento

dos bens, relacionadas com a atividade do Município de Montemor-o-Velho, inclusive após a execução do contrato.

32.5. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Montemor-o-Velho, \_\_\_\_\_ de julho de 2024

Presidente da Câmara Municipal,

*Emílio Augusto Ferreira Torrão*

## ANEXO I

### Anexo I do CCP

#### Modelo de Declaração - a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º

- 1- ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento ...(designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
  - 2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
    - a) ...
    - b) ...
  - 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
  - 4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
  - 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
  - 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
  - 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ...(local), ... (data), ... [assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e,

c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

## ANEXO II

### Anexo II do CCP

#### Modelo de Declaração – a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º

- 1- ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento ...(designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2- O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sitio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ... (data), ... [assinatura (5)]

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

<sup>(3)</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>(4)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

<sup>(5)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.